



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tels: (21) 2240.3921/2240.3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

**ATA DA 33ª (TRIGÉSSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA, da gestão 2016/2018 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA NO DIA 22 (vinte e dois) DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2017 (DOIS MIL E DEZESSETE).**

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, no Plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, foi realizada a 33ª Sessão Plenária, sob a Presidência da Vice-Presidente Dra. Rita de Cássia Sant'Anna Cortez e a secretaria dos trabalhos foi confiada ao Diretor Secretário, Dr. Carlos Eduardo Machado. Aberta a sessão a Senhora Presidente justificou a ausência do Presidente Dr. Tércio Lins e Silva, por estar fora do Rio em compromissos de representação ao Instituto. Também comunicou com muita tristeza o falecimento do consócio Dr. Christovão Piragibe Tostes Malta, no último dia 15 de março e que foi uma grande perda. Comunicou que o Presidente Tércio Lins e Silva, fez uma nota em homenagem a Christovão Piragibe Tostes Malta, que está no site. Comunicou que o IAB nas últimas semanas teve três grandes eventos que foram realizados pelas Comissões de Direito Agrário e Urbanísticos, Comissão de Direito Financeiro e Tributário e Comissão de Direito do Trabalho e de Seguridade Social. A Senhora Presidente comunica que na pauta há duas posses de membros efetivos, dos advogados Carlos Gabriel Feijó de Lima e Paulo Joel Bender Leal, e uma, como membro honorário, da assessora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ/ES) Doutora Larissa Clare Pochmann da Silva. A Presidente convida para tomar posse como membro Efetivo o Dr. Carlos Gabriel Feijó de Lima, tendo como proponente o Dr. Arnon Velmovitsky. Após a leitura do compromisso e assinatura do termo de posse, o empossado foi saudado pelo seu proponente Dr. Arnon Velmovitsky, que leu o vasto

CH #



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tel.: (21) 2246-3921/2246-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

currículo. O empossado subiu à tribuna para agradecer, e disse sentir-se honrado de, a partir de hoje, fazer parte do grupo de edificantes juristas do IAB e que sempre teve o IAB como um farol na busca permanente pelo estado democrático de direito. O novo consócio integrará as comissões de Direito Imobiliário e Agrário e Urbanístico. A Presidente chamou o Dr. Paulo Joel Bender Leal para tomar posse como membro efetivo, que após a leitura e assinatura do compromisso do termo de posse, o empossado foi saudado pela sua proponente Dra. Rita de Cassia Sant'Anna Cortez, que destacou sua admiração pelo caráter desse novo membro. O novo consócio Dr. Paulo Joel Bender Leal, que ocupou a tribuna do plenário agradecendo a saudação de sua proponente e disse que é uma imensa honra ingressar no IAB, por cuja presidência passaram os mais ilustres do país. A Presidente convidou para tomar posse como membro honorário a Dra. Larissa Clare Pochmann da Silva, tendo como proponente a Dra. Maria Lúcia Sales Gyrão, que não pode comparecer por problemas pessoais. Após a leitura e assinatura do termo de posse a Dra. Larissa Clare Pochmann da Silva, foi saudada pelo Secretário Geral Dr. Jacksohn Grossman que enalteceu o belo currículo da nova consócia. A Presidente deu a palavra a empossada que da tribuna, a nova associada disse: estou muito emocionada e espera aprender muito e poder contribuir com o IAB. A Assessora de Gestão de Metas do TRF 2, Dra. Larissa Clare Pochmann da Silva será membro da Comissão de Direito Processual Civil. Passando a **Ordem do Dia**, a Presidente coloca a **indicação nº 057/2016**, sobre Projeto de Lei nº 5516/2016, de autoria dos Deputados Paulo Teixeira, Jô Moraes e Romário, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal)". Relator da matéria o Dr. Pedro Teixeira Pinos Greco. A Presidente chama o relator, para que da tribuna sustentasse seu parecer. Na sustentação do seu parecer da

CS H





# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2246-3921/2246-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

tribuna do plenário, o relator disse: O projeto sugere que o art. 126 da LEP passe a ter a seguinte redação: "O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho, por estudo ou por desporto parte do tempo de execução da pena". Segundo o relator, a iniciativa "pode ser um valioso instrumento para ajudar as pessoas privadas de liberdade a terem mais dignidade, favorecendo uma política de redução de danos e de diminuição do nível de vulnerabilidade desse grupo social". **Alternativa eficiente** - De autoria dos deputados federais Paulo Teixeira (PT-SP), Jô Moraes (PCdoB-MG) e Romário (PSB-RJ), hoje senador, o projeto protocolado na Câmara em 2013 prevê a remição de um dia da execução da pena para cada 12 horas de frequência em atividade esportiva. Na justificativa do PL, seus autores afirmam que "uma atividade desportiva dentro dos presídios se denota como uma alternativa saudável e eficiente para o cumprimento da sanção penal, incutindo valores e aptidões imprescindíveis à vida em sociedade". O relator Dr. Pedro Teixeira Pinos Greco explicou que, inicialmente, a remição pelo trabalho foi a única idealizada na redação original da LEP (Lei 7.210, de 11 de julho de 1984). Segundo o advogado, em 2007, por meio da Súmula 341, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) se posicionou favoravelmente à extensão do benefício ao estudo. Quatro anos depois, a Lei 12.433/2011 alterou o art. 126 da LEP e incluiu o ensino formal como meio de remição. "Mais recentemente, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da sua Recomendação 44/2013, estabeleceu como diretriz a possibilidade de que a leitura e resenha de livros também permitam a remição da pena e sugeriu que os estados criassem leis com esse propósito", complementou o advogado. Ainda de acordo com ele, "a decisão do CNJ foi referendada pelo STJ". **Direitos humanos** - Para o relator Pedro Teixeira Pinos Greco, "o cumprimento da reprimenda estatal deve conceber a pessoa

*CG* *[assinatura]*



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tel. (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

privada de liberdade como um sujeito de direitos". Segundo o advogado, o esporte tem uma interface com outros direitos. "Vemos que, no campo internacional dos direitos humanos, notadamente no artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, o esporte está regulamentado, de forma implícita, quando o tratado diz que toda a pessoa tem direito ao lazer", afirmou. Conforme o relator, a LEP estipula como direitos básicos do preso a recreação e as atividades desportivas. Esses dispositivos da lei, segundo ele, foram cancelados pela Resolução 14/1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que estabelece as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. O relator ressaltou, ainda, em seu parecer o viés de ressocialização que a remição decorrente da prática esportiva proporcionará aos detentos. "Caminhamos na direção de que o esporte garanta mais esse fruto, porque urge que o preso tenha a chance de ter uma vida digna durante o cumprimento de sua pena e, após o seu fim, fora dos estabelecimentos penais", afirmou. Colocado o parecer em votação, foi aprovado por unanimidade. A Presidente fez a leitura das três propostas de Admissão de Sócios: 1) Membro Efetivo, Proposto Dra. Mônica Custódio Gonçalves, proponente Dr. Frederico Price Grechi; 2) Membro Efetivo, Proposto Dr. Thiago Fernandes Boverio, Proponente Dr. Tércio Lins e Silva e 3) Membro Honorário Ministro Torquato Lorena Jardim, proponente Dr. Tércio Lins e Silva. A Presidente fez a leitura das Atas dos dias 01/02/2017; 08/02/2017 e 15/02/2017, que ficaram em mesa para próxima sessão para serem votadas. A Senhora Presidente fez a leitura das doações a Biblioteca: Doação do consócio: Dr. Emerson Affonso da Costa Moura. Concurso da Magistratura: noções gerais de direito e formação humanística. Jerson Carneiro Gonçalves Jr.; José Fábio Rodrigues Maciel (Coord). São Paulo: Saraiva, 2012. Doação do consócio: Dr. Denise Schmitt Siqueira Garcia.





# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar, 20020-080*

*Tels. (21) 2246.3921/2246.3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Direito, desenvolvimento urbano e meio ambiente. Paulo de Tarso Brandão; Davi do Espírito Santo (Coord). Itajaí: UNIVALI, 2016. Veredas do direito: direito ambiental e desenvolvimento sustentável. v. 1, jan./jun. 2014, Belo Horizonte, Escola Superior Dom Helder Câmara, 2004. Doação Fundação Getúlio Vargas/ FGV-RJ. Revista do programa de direito da União Européia: Cátedra Jean Monet da FGV Direito Rio. Paula Wojcikiewicz Almeida. Nº 6. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2016. Revista do programa de direito da União Européia: Cátedra Jean Monet da FGV Direito Rio. Paula Wojcikiewicz Almeida. Nº 6. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2016. Avaliação de transparência do Estado Brasileiro e do Poder Judiciário. Gregory Michener. Rio de Janeiro, Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, Centro de Tecnologia e Sociedade, 2016. Onze supremos: O Supremo em 2016. Joaquim Falcão, Diego Wernerck Arguelhes, Felipe Recondo. Belo Horizonte, MG: Letramento: Casa do Direito: Sura: Jota: FGV Rio, 2017. A Presidente anunciou o evento da Comissão de Direito Financeiro e Tributário sobre "Imposto de Renda da Pessoa Física", no dia 6 de abril do corrente ano, no Plenário do IAB e também sobre "As Sufragistas", evento que ocorrerá amanhã no Cineclube, às 18h, o longa contará com um debate sobre a temática do filme, com a presença da ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Nilcéa Freire; a diretora-administrativa da Fundação Escola da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Carolina Anastácio; a coordenadora do Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher Vítima da Defensoria Pública, Arlanza Maria R. Rabello e a representante da Comissão de Direito Penal do Instituto dos Advogados Brasileiros, Victória Amália de Barros Carvalho Gozdawa de Sulocki. Passando para os oradores inscritos, a Presidente deu a palavra ao Secretário Geral Dr. Jacksohn Grossman que fez uma

*CH A*



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 216, 5º andar - 20020-080*

*Tel.: (21) 2246-3921/2246-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

manifestação pessoal sobre "a discriminação racial". O segundo orador Dr. Joycemar Lima Tejo, que apresentou uma proposta de indicação sobre a PEC 209/2012, sobre a "relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas". Colocado em discussão a proposta foi aprovada e encaminhada a Comissão de Direito Processual Civil, que deverá se manifestar em regime de urgência. O terceiro orador inscrito o Dr. Hariberto de Miranda Jordão Filho, que apresentou manifestação pessoal sobre **"A FRAUDE DO BALANÇO DA PETROBRAS** - A fraude é tão infantil que fico surpreso com o fato que os Diretores de Finanças tenham tido a coragem de assinar o balanço. O argumento é que os ativos estavam supervalorizados e que precisavam ser reavaliados aos preços de hoje. A imbecilidade é gritante. Os ativos estavam avaliados no tempo em que o barril de petróleo estava acima 100 dólares e o dólar oficial a R\$ 4, logo, avaliações corretas para o momento. Agora que o barril está a 50 dólares e o dólar comercial a R\$ 3,10 os ativos tem que ser diminuídos? Vejam se as petroleiras estão diminuindo o valor de seus ativos em decorrência da baixa do preço do petróleo? O que existe é a determinação nefasta do vagabundo bandido golpista entreguista Pedro Parente de reduzir o valor total da empresa para vender barato, fatiando os melhores ativos como BR-Distribuidora, gasodutos, oleodutos e outros para, no fim, vender a Petrobras por preço de banana como o corruptor maior Fernando Henrique Cardoso (que comprou o Congresso para aprovar a própria reeleição) fez com a Cia. Vale do Rio Doce. Fico triste porque alguns da sociedade que estão enxergando os nefastos propósitos encontram-se calados, amedrontados, com vergonha e incapazes de se rebelar contra o que está acontecendo com o patrimônio público. Os acionistas não recebendo dividendos estão satisfeitos em não receber ou estão torcendo pela privatização? Triste!". A Presidente deu a

CCY H





## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

palavra ao Secretário Dr. Carlos Eduardo Machado para fazer a leitura de uma proposta de indicação de autoria da Dra. Máira Fernandes sobre Projeto de Lei da Vereadora Marielle Franco, ainda sem número, que "institui o Programa de Atenção Humanizada ao Aborto Legal e Juridicamente Autorizado no âmbito do Município do Rio de Janeiro". A proposta foi aprovada e encaminhada a Comissão de Direitos Humanos. A presidente comunicou que está em discussão no Congresso Nacional, projeto de terceirização sobre a relação dos trabalhos e além da fragmentação da produção existe a fragmentação da representação sindical. O que pode definitivamente acabar com a Legislação Trabalhista. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente Dra. Rita de Cássia Sant'Anna Cortez, às 19hs e 45 min., deu por encerrada a Sessão, da qual eu, Carlos Eduardo Machado, como secretário dos trabalhos, lavrei a presente Ata.

**RITA DE CÁSSIA SANT'ANNA CORTEZ**

(Presidente interino)

**CARLOS EDUARDO MACHADO**

(Secretário dos Trabalhos)